



## 1.1 • Conjuntura internacional

### A nova Rússia de Putin

NO SEU DISCURSO INAUGURAL como presidente da Rússia, a 7 de maio de 2012, Vladimir Putin afirmou que a Rússia está a entrar numa “nova fase de desenvolvimento nacional”, assente em princípios democráticos, e sublinhou que “viajamos por um longo e difícil caminho juntos, acreditando em nós e na nossa força e capacidades. Fortalecemos o nosso país e devolvemos-lhe a dignidade de uma grande nação”<sup>1</sup>. O orgulho nacional e a relevância do reconhecimento da Rússia como grande potência no sistema internacional a continuar a sublinhar o discurso político na Rússia. Uma forma de nacionalismo agregador assente na recuperação do prestígio e grandeza imperial. Adicionou ainda, no dia da tomada de posse que o futuro depende do presente, e das capacidades reais para a Rússia se desenvolver a vários níveis, referindo as dimensões económica, política e societal, e incluindo na mesma frase uma referência explícita à “capacidade para sermos líderes e centro de gravidade na Eurásia”. A ligação entre política interna e política externa a revelar-se de forma clara e a traduzir-se vincadamente na importância que o antigo espaço soviético continua a ocupar nas políticas russas.

#### O regresso de Putin e o legado de Medvedev

O resultado das eleições presidenciais de março de 2012 que levou Vladimir Putin a um terceiro mandato à frente do Kremlin, com 63,6% dos votos, foi muito contestado nas ruas de Moscovo como sendo um processo fraudulento, pouco transparente e que reflete o contexto de pouca clareza e muita corrupção nas políticas russas. Esta eleição para um período de seis anos, de acordo com a revisão constitucional de 14 de novembro de 2008 (artigo 81, que altera o mandato presidencial para 6 anos), ainda no primeiro ano da presidência de Medvedev visou, apesar da contestação que gerou pela implícita redução democrática implicada, não levantar questões adicionais caso tivesse sido aprovada num espaço de tempo mais próximo do ciclo eleitoral seguinte. O anúncio em setembro de 2011 da recandidatura de Putin à presidência surgiu não como um desenvolvimento esperado, como vários apontaram, mas antes como uma surpresa pelo contexto que o envolveu. De facto, as políticas de abertura e modernização tantas vezes criticadas como ineficientes e à sombra de Putin, parecem ter permitido alterações de poder e influência no seio do próprio Kremlin e para além deste. A possibilidade de que as diferenças existentes e conhecidas no seio da elite política russa se pudessem vincar de forma mais explícita e, possivelmente, virem-se a traduzir em cisões irreconciliáveis, terão estado na base de uma decisão política com vista à

manutenção de coesão interna tão necessária à estabilidade do regime. O ‘regresso’ de Putin, apesar de nunca se ter efetivamente registado um afastamento, revelou-se um elemento fundamental na recentralização de poder e na recuperação de controlo de dinâmicas políticas e económicas potencialmente desestabilizadoras da ordem pretendida. No binómio estabilidade-modernização, Putin claramente privilegia a estabilidade, entendendo que esta tem de passar por centralização e controlo.

“  
[...] a maior abertura política que se verificou ao longo da presidência de Dmitri Medvedev, a par da política de modernização, contribuem [...] para o reconhecimento de que esta nova classe social [...] anseia por mudanças [...]”

As linhas fundamentais das políticas russas a nível interno e externo mantêm-se nos objetivos de consolidação do prestígio e capacidade de influência e atuação russa no sistema internacional. Internamente, através de reformas com vista à modernização, que passem por dinamização económica e apoio à formação individual, mas bem assentes em processos centralizados; externamente, na linha multivetorial e pragmática que tem pautado a atuação russa. Para muitos, este regresso não significa verdadeiramente ‘um regresso’ dado que Putin esteve muito presente ao longo dos últimos 12 anos na cena política, primeiro como presidente e depois como primeiro-ministro, sendo que o discurso inaugural e a forma de governação apontam num sentido de continuidade, com um claro reforço dos mecanismos de centralização e controlo face a movimentos de contestação crescentes.

#### Contestação interna e estabilidade: a procura de equilíbrio

Os movimentos civis crescentes que vão marcando o descontentamento social são incontornáveis na análise da nova Rússia. Reconfigurando espaços de silêncio em lugares de contestação, estes movimentos não têm conseguido, contudo, atingir uma dimensão de consolidação social capaz de enfrentar o poder instalado, e têm sido iguados ou mesmo superados em números, e desafiados no seu alcance, por movimentos de apoio ao Kremlin. Deste modo, no contexto atual, devem ser lidos como sinal de descontentamento, mas

### Maria Raquel Freire

não ainda como forças sociais organizadas e com poder de mobilização para revolucionar o cenário político russo. De notar, no entanto, que apesar dos números de manifestantes reportados, na ordem dos 10 a 20 mil manifestantes em diferentes momentos, apesar de este não ser um número excessivamente representativo para uma cidade como Moscovo, por exemplo, é de facto um número considerável para um país como a Rússia, onde a tradição de livre expressão e manifestação tem sido praticamente inexistente.

A opressão violenta como resposta é aqui um elemento fundamental na limitação das demonstrações de descontentamento, acompanhada de medidas políticas como legislado a 8 de junho de 2012, onde ficaram definidas muitas pesadas para participantes ou organizadores de manifestações não autorizadas, permitindo às autoridades legitimidade acrescida para recorrer ao uso da força, se necessário, para dispersar grupos que possam pôr em causa a ordem pública. Contudo, deve ser notado que estes gestos repressivos podem amplificar sentimentos de exclusão contribuindo para uma possível reorganização mais coesa destes movimentos, visando constituir-se como verdadeiro contrapoder em face do regime vigente. Por outro lado, estes sinais de alerta não são ignorados no Kremlin, que entende a situação atual de governação como sendo muito diferente do contexto dos dois primeiros mandatos de Putin. A melhoria nas condições de vida das populações nesse período e a maior abertura política que se verificou ao longo da presidência de Dmitri Medvedev, a par da política de modernização, contribuem em conjunto para o reconhecimento de que esta nova classe social com mais poder económico e melhor informada, anseia por mudanças, em particular ao nível de maiores liberdades e no combate a práticas ilícitas, com destaque para os níveis de corrupção no seio das elites mais poderosas. Desejos e expectativas a que Putin procurará responder através de políticas sociais que lhe permitam manter as vozes mais dissonantes longe de qualquer capacidade de mobilização que possa colocar em perigo a centralidade do seu poder. Um desafio que contudo não se afigura simples.

#### Uma nova agenda de política externa?

As implicações em termos da operacionalização da política externa da Rússia devem ser seguidas com atenção, não só pelo contexto em que esta será desenvolvida, como também pelos estilos de liderança de Putin e Medvedev, que denotam diferenças substanciais. A relação de cordialidade e maior abertura que Medvedev conseguiu com o ocidente parece ter já retrocedido, e o regresso da face dura de Putin tem já deixado marcas. A questão da necessidade de um novo *reset* nas

relações com os Estados Unidos da América tem sido colocada, com velhas questões a trazerem velhos debates para a agenda, onde as dificuldades nas relações com a Aliança Atlântica se mantêm. A questão da Síria e a postura irreduzível de Moscovo relativamente a uma intervenção ocidental, que vinca no seu direito de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, tem adicionado ao desconforto já existente nas relações com o ocidente. No entanto, tal como se agudizam problemas, abrem-se janelas de oportunidade, e dados os problemas crescentes na manutenção do Paquistão na rede de distribuição e acesso ao Afeganistão, a passagem a norte pela Rússia parece agora ser a principal rota para os norte-americanos, reforçando a necessidade de entendimentos e cooperação, bem como o Irão permanece uma questão quente na agenda internacional onde a Rússia pode desempenhar um importante papel de mediação.



**As eleições presidenciais na Rússia e a popularidade de Putin e Medvedev. (em %)**

Fonte: The Levada Center, Moscovo.

Mas no centro da agenda continua vincadamente o espaço pós-soviético onde a Rússia se tem vindo a repositonar como ator influente. A política assertiva de Moscovo na área da Comunidade de Estados Independentes (CEI) tem refletido este objetivo mais amplo de consolidação desta área como de interesse vital, como vem sendo afirmado em sucessivos documentos. O projeto mais recente de criação de uma União Eurasiática, avançado por Putin em finais de 2011, à imagem do processo de integração europeu, começando pela aproximação económica através da criação de uma área de comércio livre – já com efeito – e da sua gradual evolução para uma união económica, e posteriormente, a solidificação do projeto em termos políticos, é ilustrativo do racional que lhe está subjacente. Contudo, este não será um caminho fácil num quadro onde a heterogeneidade e disparidade existentes no espaço CEI são cada vez mais vincados, expressos na autonomização das políticas de alguns destes países face a Moscovo. Desenvolvimentos que têm sido seguidos com atenção pela Rússia que se tem vindo a posicionar como um ator influente na dinamização de políticas de *soft power*, incluindo através do reforço de laços comerciais, mas também culturais e linguísticos. A grande diáspora russa nesta área é um elemento fundamental na promoção destes processos de integração informal que contribuem para a (re)aproximação russa a

estas repúblicas. Uma presença num espaço que a Rússia entende como central aos alinhamentos da sua política externa.

### O regresso da Ásia-Pacífico à agenda

É interessante notar como gradualmente a agenda de política externa vai acompanhando as alterações no sistema internacional, e mantendo as linhas de continuidade identificadas no quadro multivetorial, o reforço da dimensão oriental é uma tendência visível. A região Ásia-Pacífico tem assumido crescente relevância nas relações internacionais, pelo dinamismo económico, questões de segurança e crescente presença política dos estados da área nas questões internacionais. Os fóruns multilaterais como a *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC), com características marcadamente informais e objetivos económicos, incluindo livre comércio e investimento, promoção de integração económica a nível regional, cooperação económica e técnica, fomento da segurança humana e facilitação de um contexto favorável às práticas de negócio<sup>2</sup> ou a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) com um enfoque fortemente económico também, adicionando-lhe o objetivo de que o espírito de igualdade e parceria com vista ao fortalecimento de fundações assentes em prosperidade e paz, contribuam para estabilidade regional<sup>3</sup>, são demonstrativos da vitalidade que esta área apresenta. A Rússia tem integrado estes fóruns e procurado assumir um papel de charneira no quadro dos mesmos, como ficou evidente aquando da realização da Cimeira da APEC em Vladivostok em setembro de 2012. O discurso apontou não só para a presença da Rússia na região, como para uma leitura da Rússia como parte integrante da mesma. O entendimento subjacente entronca na visão de que toda a região do extremo oriente russo, com enorme potencial em termos de recursos mas ainda pouco desenvolvida, pode claramente beneficiar de uma maior integração da Rússia nestes formatos regionais de cooperação e desenvolvimento.

Contudo, este entendimento não deixa de revelar preocupações, especialmente relacionadas com os equilíbrios de poder e a gestão de relacionamentos nesta área alargada. A China assume-se aqui como um parceiro essencial, mas perante o qual a Rússia quer evitar a criação de relações de dependência, com a questão energética a assumir relevância neste quadro. O exemplo das negociações do oleoduto cujo projeto estava em curso com a China e foi cancelado em favor de um outro projeto com o Japão, assegurando um aumento nos abastecimentos correntes à China, marca claramente este posicionamento cauteloso. No entanto, esta é uma orientação que se está a consolidar nas políticas russas, como evidenciado no documento que Vladimir Putin publica, logo após a sua tomada de posse como presidente da Rússia, em maio de 2012, relativo às políticas a desenvolver para consolidar a Ásia-Pacífico como região estratégica no quadro da política multivetorial russa. No documento “Ordem executiva sobre medidas para a implementação de

política externa”, Putin procura consubstanciar as linhas de ação definidas no documento de política externa de 2008, reforçando esta área geográfica como uma vertente operacional fundamental. O documento indica que as “[i]nstruções relativas à região Ásia-Pacífico, em particular, prendem-se com a participação alargada da Rússia em processos de integração regional com o objetivo de promover desenvolvimento socioeconómico acelerado na Sibéria Oriental e no Extremo Oriente do país; aprofundar uma parceria igualitária e assente em confiança, bem como cooperação estratégica com a China, parceria estratégica com a Índia e o Vietname, e desenvolver cooperação mutuamente benéfica com o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia e outras nações fundamentais na região Ásia-Pacífico”<sup>4</sup>. Uma formulação com cariz operacional que reflete o pragmatismo que tem marcado a política externa russa, reforçando a dimensão asiática nesse quadro.

Deste modo, ficam claros os grandes desafios que a nova Rússia de Putin enfrenta. Desafios estes de cariz interno e externo, multifacetados e exigindo respostas flexíveis, num quadro onde a governação se tem tornado mais rígida e nem sempre pautada por linhas estratégicas claramente delineadas. Uma nova Rússia onde a palavra reforma deve assumir maior sonoridade, de modo a que o descontentamento e a contestação possam ser silenciados não pela repressão ou pela força, mas pela coesão e pelo desenvolvimento assentes em abertura e modernização. E, na mesma linha, a palavra modernização deve assumir maior operacionalização, quer no domínio interno quer externo, para que os objetivos de desenvolvimento integrado possam ser efetivamente alcançados. ■

### Notas

<sup>1</sup> PUTIN, Vladimir — “Vladimir Putin inaugurated as President of Russia”. *Official webpage of the President of Russia, The Kremlin*, Moscovo, 7 de Maio de 2012. Disponível em: <http://eng.kremlin.ru/transcripts/3749>. [Consultado em 25 outubro 2012]

<sup>2</sup> “APEC Mission Statement”, *Asia-Pacific Economic Cooperation*, 2013. Disponível em: <http://www.apec.org/About-Us/About-APEC/Mission-Statement.aspx>. [Consultado em 28 janeiro 2013]

<sup>3</sup> “Overview”, *Association of Southeast Asian Nations*, 2013. Disponível em: <http://www.asean.org/asean/about-asean>. [Consultado em 28 janeiro 2013]

<sup>4</sup> PUTIN, Vladimir — “Executive Order on measures to implement foreign policy”. *Official webpage of the President of Russia*, 7 de maio de 2012. Disponível em: <http://eng.kremlin.ru/acts/3764>. [Consultado em 28 janeiro 2013]